



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007482-40.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **CRISTIANE DAS DORES**  
 Requerido: **EVOLUTIVA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**Dispensado o relatório. Decido.**

Trata-se de ação em que a autora pede a condenação da escola ré ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes de maus-tratos e ameaças praticados contra o seu filho de 5 anos, que frequentava a escola.

Ultimada a instrução, procede em parte a demanda.

Os depoimentos de páginas 270/271 e 275/276, corroborados pelas gravações feitas pelo pai da criança pelo celular no dia em que foi buscá-la na escola, confirmam parcialmente a narrativa vertida na petição inicial.

Com efeito, está comprovado que uma ex-professora da escola (foi demitida por justa causa após o acidente) efetivamente disse ao filho da autora que "se ele não comesse ela ia arrancar os dentes dela com um alicate".

Por mais que a ameaça tenha sido feita em "tom de brincadeira" – como relatado por Priscila Fernanda de Almeida Guedes -, não há dúvida de que cuida-se de fala inaceitável e suscetível de causar dano à criança, mais ainda num caso de criança exposta a uma situação mais delicada e com algumas dificuldades no ambiente escolar desde a separação dos pais, fato que era de conhecimento da escola, como relatado nos depoimentos de páginas 273/274 e 275/276.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Dispõe o art. 34 do Código de Defesa do Consumidor que "o fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos", de maneira que a ré é responsável pelos danos causados à autora.

Quanto aos danos materiais, a autora foi compelida a mudar seu filho de escola pois o ambiente escolar anterior não era favorável após o incidente.

Com isso, teve de desembolsar com a matrícula na nova escola (R\$ 1.160,00, páginas 40/41), além de uniforme (R\$ 499,00, páginas 43, infra, e 44, e R\$ 87,00, página 49) e material escolar (R\$ 131,72 + R\$ 13,62, página 43) novos, relativos a essa nova escola. Teve ainda de gastar com consulta terapêutica (R\$ 100,00, página 42). Esses são danos emergentes que guardam nexo de causalidade com a responsabilidade assentada em relação à ré.

No que se refere ao material didático adquirido junto à escola ré, página 46, entendo que não deve haver o ressarcimento. Com efeito, como a ré está reembolsando o montante que a autora gastou com a aquisição de material com a nova escola (pois há nexo causal entre a mudança de escola, com a despesa extra, e o evento lesivo), não faz sentido ter ainda de que ressarcir a despesa com a sua escola. Isso faria com que a autora não tivesse que, no fundo, suportar qualquer despesa com a aquisição de material escolar ao longo do ano, o que extrapola o próprio conceito da responsabilidade civil que visa a assegurar o *status quo ante* e não evitar despesas que a parte naturalmente teria.

No que toca aos danos morais, também está comprovado nos autos, em especial pelos depoimentos de páginas 269, 270/271 e 272, que esse incidente trouxe efetivo abalo à autora, genitora da criança, que ficou desesperada ao saber do ocorrido e em sofrimento permaneceu por longo tempo, ante o impacto que o fato trouxe ao seu filho.

Esse abalo corresponde, segundo regras de experiência, a sofrimento psíquico relevante, capaz de provocar desequilíbrio emocional, afetando a paz de espírito e tranquilidade da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

mãe. Circunstância confirmada pela prova oral referida logo acima, a cuja leitura me reporto. Trata-se de efetivo sofrimento e não de mero aborrecimento ou dissabor. Dor que merece compensação pecuniária, ou seja, indenização por dano moral.

No que toca à indenização, porém, o montante deve ser arbitrado em patamar inferior ao postulado, por um conjunto de circunstâncias.

Em primeiro lugar, o relato da inicial sugeria que a criança foi exposta a reiterados maus-tratos e ameaças, como se a professora autora do ato ilícito sistematicamente ofendesse o filho da autora.

Ocorre que, colhida a prova, verificou-se nos autos que o incidente, posto relevante, foi pontual. Não se trata de comportamento sistemático, mesmo porque a profissional envolvida no fato sequer era professora do menino.

Noutro giro, também ficou comprovado que as ditas dificuldades de alimentação da criança preexistiam ao incidente, consoante depoimentos de folhas 273/274 e 275, de maneira que o impacto do fato sobre o comportamento do filho da autora, embora existente, é menor do que havia sido alegado nos autos.

Além disso, a realidade interior da criança, como de qualquer um, é complexa, e no presente caso não é possível afirmar, por exemplo, que as dificuldades do menino junto à nova escola tem relação direta com o incidente ocorrido na escola anterior, mesmo porque há outros fatores relevantes e impactantes sobre o universo íntimo do menor, como a separação dos pais, também mencionada no relatório psicológico de páginas 259/261 (vg. "apresentou uma dificuldade psicológica em lidar com suas próprias emoções, com as situações de separações e com os limites apresentados na vida, diminuindo provavelmente sua segurança e autoconfiança", página 260).

A indenização será arbitrada, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade e levando em conta os fatores acima, no valor de R\$ 5.000,00, para o que considero ainda – de modo a reduzi-la – a capacidade econômica da ré, que não se trata de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

empresa de porte expressivo, e sim microempresa familiar, inclusive sua sócia-administradora é uma das professoras do estabelecimento.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e condeno a ré Evolutiva Escola de Educação Infantil S/C Ltda a pagar à autora Cristiane das Dores (a) R\$ 1.160,00, com atualização monetária desde 12.06.2017 e juros moratórios desde a citação (b) R\$ 499,00, com atualização monetária desde 25.05.2017 e juros moratórios desde a citação (c) R\$ 87,00, com atualização monetária desde 23.06.2017 e juros moratórios desde a citação (d) R\$ 131,72, com atualização monetária desde 26.05.2017 (e) R\$ 13,62, com atualização monetária desde 26.05.2017 e juros moratórios desde a citação (f) R\$ 100,00, com atualização monetária desde 25.05.2017 e juros moratórios desde a citação (g) R\$ 5.000,00, com atualização monetária desde a presente data e juros moratórios desde a citação. A atualização monetária deverá ser pela Tabela Prática do TJSP, e os juros moratórios de 1% ao mês.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**